

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PAPEL DA PSICOLOGIA

BAUMEL, G. A.¹; OHARA, T.²

RESUMO

O presente trabalho, realizado por meio de um estudo de pesquisa bibliográfica e exploratória, pontua os marcos do Movimento Feminista no Brasil, desde o século XVI, apresentando a luta das mulheres pelos seus direitos e a história da psicologia nesta luta, a qual iniciou-se somente no final da década 1990. Apesar de tardio, as questões relacionadas a violência contra a mulher dentro da psicologia vêm crescendo gradativamente.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Psicologia.

ABSTRACT

This work, carried out by means of a bibliographical and exploratory research study, points out the milestones of the Feminist Movement in Brazil, since the 16th century, showing the fight of women for their rights and the history of psychology in that fight, which began only in the end of the the 1990s. Although late, the issues related to violence against women within psychology have been gradually growing.

Key-words: Woman. Violence. Psychology.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a alta prevalência das situações de violência contra a mulher no Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, na década de 2007 a 2017 houve um crescimento de 30,7% nos casos de homicídios de mulheres no país, demonstrando o aumento no número de atendimento de mulheres em situação de violência. A pesquisa promove a discussão do tema, considerando que, segundo Teles (1999), a violência contra a mulher se tornou evidente perante a sociedade brasileira a partir do II Congresso da Mulher Paulista, no ano de 1980. Diante disso, cabe repensar as discussões no campo da Psicologia antes desse congresso e a partir dessa data, considerando quais mudanças podem observadas na organização dessa ciência que produziu e produz discussões relevantes no campo

¹ Geovana Acordi Baumel. Graduanda do 10º semestre do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Apucarana-FAP. 2020. Email: geo.baumel@hotmail.com

² Thiago Ohara. Orientador da pesquisa. Professor Mestre do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Apucarana-FAP. 2020. Email: oharathiago@gmail.com

das políticas públicas da rede de apoio às mulheres, ressignificando e empoderando as mulheres nessa situação.

OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, verificando, por meio da pesquisa bibliográfica, a trajetória histórica do Movimento Feminista no Brasil, relacionando-o com a história da psicologia no Brasil observando como este movimento tensionou a Psicologia para que esta criasse medidas no enfrentamento a violência contra a mulher.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de um estudo de pesquisa bibliográfica e exploratória. Foram selecionados artigos, livros, dissertações e teses, além de documentos legislativos e públicos em português que trate sobre o tema do referido. Foram selecionados materiais que trouxeram discussões sobre as questões de gênero cujos tensionamentos se deram a partir da década de 1980.

DESENVOLVIMENTO

A trajetória da mulher na sociedade é marcada por opressão e submissão, o papel social imposto era justificado pelas características biológicas, determinando qualidades intrínsecas ao sexo masculino e ao sexo feminino. (ROHDEN, 2009). No século XVI, com a chegada dos jesuítas, as mulheres passaram a ser vistas como esposas ou empregadas domésticas, a sociedade brasileira passa a ser organizada sob a forma patriarcal, cabia então a mulher as atividades do lar, tecelagem, fiação, rendas e bordado (TELES, 1999).

No ano de 1830 às mulheres passaram a reivindicar seu direito à educação, e em meados do século XIX surgiram no Brasil jornais editados por mulheres, o primeiro deles foi “O Jornal das Senhoras”, em 1852, que tinha por objetivo alertar as mulheres para as suas capacidades. No ano de 1850, com a integração do sistema capitalista industrial, ocorre o aumento a formação de mão de obra assalariada e em 1889 foi proclamada a República. Diante deste cenário, as mulheres passaram a questionar o seu direito ao trabalho e no ano de 1906 foi aprovada a luta pela regulamentação do trabalho feminino, no I Congresso Operário Brasileiro. As mulheres passaram a lutar

pelo direito ao voto, o qual foi concedido em 1934 e após essa conquista, a luta passou a ser pelo trabalho feminino (redução da carga horária e igualdade de salário entre os gêneros) (TELES, 1999).

Em relação a saúde da mulher, na década de 70 este tema passou a ganhar espaço na sociedade, às mulheres questionavam a falta de serviços públicos de saúde que contemplassem todas as faixas etárias e que fossem informadas sobre a maternidade. No ano de 1984, o governo brasileiro propõe o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). No ano de 1980, no II Congresso da Mulher Paulista, foi abordado o tema da violência contra a mulher. Foi criado o SOS-Mulher, em alguns municípios do Brasil, destinados a atender mulheres vítimas de violência, contando com serviço voluntário de psicólogas e advogadas, também era realizado grupos de reflexão e divulgação nos meios de comunicação sobre a violência. Em 6 de agosto de 1985, foi criada a Delegacia Policial de Defesa da Mulher (TELES, 1999).

Em data de 7 de agosto de 2006 foi sancionada a lei nº 11.340, popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”, com o intuito de criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006). E em 9 de março de 2015 fora sancionada a lei nº 13.104 que alterou o artigo 121 do código penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e incluindo o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

A trajetória histórica da mulher é marcada por lutas e conquistas. Alguns recortes na história da Psicologia, relacionados com a história do movimento feminista, são importantes para observar como esta ciência esteve e está presente no cuidado da saúde psicológica das mulheres, mas não desconsiderando que em alguns momentos de sua história ela também estava a serviço de outros ideais que visavam a manutenção de uma ordem pautada nos ideais vigentes.

No final do século XIX, a Psicologia foi reconhecida como ciência sob influência das correntes filosóficas da época: Iluminismo, Positivismo e Humanismo. Do positivismo a Psicologia tinha como base o método científico, o qual se comprovava por meio da verificabilidade das informações, a concepção de sujeito era um ser autônomo e dotado de racionalidade. Desta forma, o homem se concretizou no lugar

de referência relacionado a ciência e normas sociais e a mulher estava associada à função reprodutora, estando longe dos saberes científicos. A psicologia da época, não se ocupou em produzir um referencial teórico que não buscasse apenas diferenciar homens e mulheres por meio das diferenças sexuais. Porém, a psicologia encontrava um impasse em compreender o psiquismo por meio da metodologia científica positivista. O pensamento marxista e a psicanálise ganham espaço no início do século XX, concebendo outras versões teóricas do sujeito, onde este passa a ser visto como versões de construtos linguísticos, onde a imagem de um sujeito só tem sentido em um determinado contexto histórico e determinada forma de vida (PREHN, HUNING, 2005).

O Sistema Conselhos de Psicologia, criado através da Lei 5.677/1971, institucionalizou no final da década de 1990 a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia – CFP (Resolução CFP nº11/1998), nesta comissão foram trabalhados temas sobre a exclusão e como a violação dos direitos causava a produção de sofrimento mental, contribuindo para mudanças na atuação profissional. Nos anos seguintes, os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) passaram também a criar comissões de Direitos Humanos Regionais (SANTOS, 2016).

O CFP passou a contribuir significativamente com os Direitos Humanos, criou a Resolução nº 01/1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos relacionadas a orientação sexual e no ano de 2005, foi aprovada a nova versão do Código de Ética Profissional do(a) Psicólogo(a), o qual veda a este profissional a possibilidade de induzir os sujeitos a convicções de orientação sexual. Em relação a violência contra a mulher, o CFP defende o acolhimento e escuta para as mulheres em situação de violência sexual, buscando auxiliar na tomada de decisão em relação a possível gravidez, mostrando-se favorável a descriminalização do aborto (SANTOS, 2016). A Psicologia atua buscando a ressignificação dos processos de humilhação ao fim do ciclo da violência, compreendendo e auxiliando a mulher a desenvolver condições de superar esta situação. O movimento feminista se pauta na igualdade, para atingir essa igualdade é necessário a superação de vários fatores, entre eles: igualdade de direitos, saúde, educação, racismo, trabalho, assistência social, lazer, machismo e moradia (CRP-PR, 2020).

CONCLUSÃO

Conclui-se que esta pesquisa, atingiu o objetivo, apresentando a discussão dos autores sobre a trajetória histórica da conquista das mulheres pelos seus direitos e relacionando a atuação da psicologia diante disso. Segundo Prehn e Huning (2005) a psicologia, reconhecida como ciência no final do século XIX, muitas vezes por meio da teoria, afirmou que o homem estava associado a um lugar de um suposto saber e a mulher associada à função reprodutora e cuidados do lar, contribuindo para a desigualdade de gênero. Segundo Santos (2016) foi somente no final da década de 1990, onde legalmente, a psicologia passa a criar comissões sobre os Direitos Humanos. Apesar de tardio, a psicologia vem se fazendo bastante presente na luta feminista pela igualdade de gênero, sendo o profissional da psicologia imprescindível no atendimento das mulheres vítimas de violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm> Acesso em 04 jun. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP). **Gênero na Psicologia: Saberes e práticas**. 1º ed. Salvador: CRP-03, 2016.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. Violência contra a mulher: quando a sociedade e o estado são ameaças. **Revista Contato**. Curitiba, 128 ed., p. 36, março/abril 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acesso em 06 de mai. de 2020.

PREHN, D. R.; HÜNING, S. M. O movimento feminista e a Psicologia. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 23, n. 42, p. 65-71, out. 2017. ISSN 1980-5942. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20101>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [online]**. 2 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

Antropologia & Saúde collection. p. 224 Disponível em <

<https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohdem-9788575413999.pdf>> Acesso em 03 mai 2020

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.